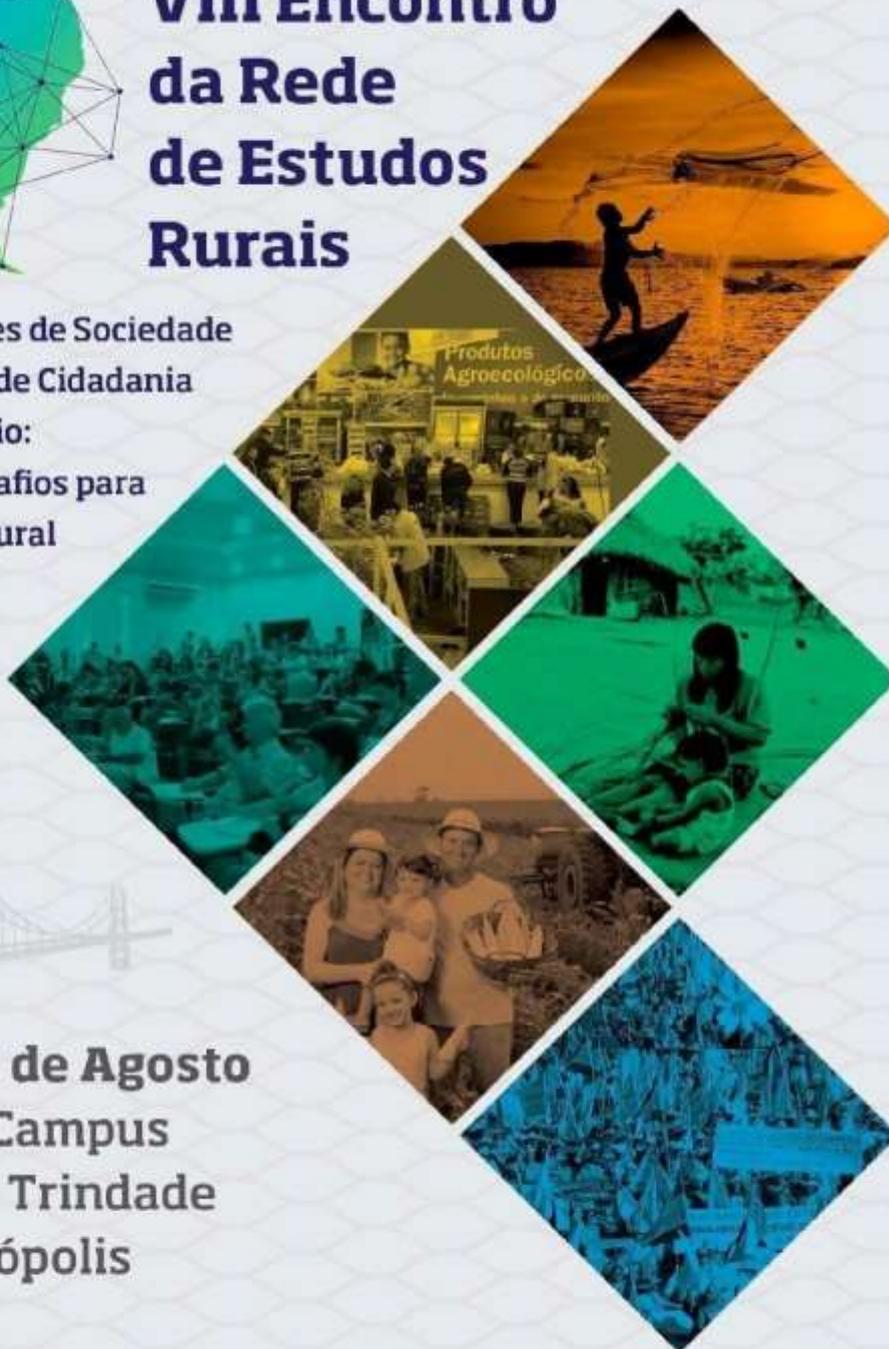




VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais

Concepções de Sociedade
e Direitos de Cidadania
em Questão:
novos desafios para
o mundo rural
brasileiro



27 a 30 de Agosto
UFSC - Campus
Central Trindade
Florianópolis

REALIZAÇÃO:



PROMOÇÃO:

Pós-Graduação em Agroecossistemas/CCA/UFSC | Pós-Graduação em Ecologia Política/CFH/UFSC
Núcleo de Estudos sobre Agricultura Familiar/CFH/UFSC
Núcleo de Desenvolvimento Rural Sustentável/CCA/UFSC | Epagri-Ceapa

ANAIS

VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais

Concepções de Sociedade e Direitos de Cidadania em
Questão: novos desafios para o mundo rural brasileiro

1ª. Edição Florianópolis

– SC Rede de Estudos

Rurais

ISBN 978-85-63737-04-5

2019

REDE DE ESTUDOS RURAIS

Diretoria Responsável
(2017 – 2018)

Coordenador Presidente: Luís Antônio Barone
(UNESP – Presidente Prudente – SP)

1ª Coordenadora Secretária: Cristina Maria Macêdo de Alencar
(UCSal – Universidade Católica de Salvador)

2º Coordenador Secretário: Valmir Luiz Stropasolas
(UFSC)

1ª Coordenadora Tesoureira: Rosemeire Aparecida Scopinho
(UFSCar – Universidade Federal de São Carlos)

2º Coordenador Tesoureiro: Everton Lazaretti Picolotto
(UFSM – Universidade Federal de Santa Maria)

Conselho Fiscal:

Rodrigo Constante Martins (UFSCar)
Aldenor Gomes da Silva (UFRN)
Ademir Antonio Cazella (UFSC)

Conselho Consultivo Nacional:

Paulo André Nierdele (UFRGS)
Leonilde Servolo Medeiros (UFRRJ)
Delma Pessanha Neves (UFF)
Janice Bruno Dias (UFMG)
Dalva Maria da Mota (Embrapa Amazônia Oriental)
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante (UNIARA)
Ramonildes Alves Gomes (UFCEG)
Cimone Rozendo (UFRN)
Alfio Brandenburg (UFPR)
Valter Lúcio Oliveira (UFF)

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-63737-04-5



9 788563 737045

Comissão Científica do VIII Encontro da Rede:

Alfio Brandenburg (UFPR)
Cimone Rozendo (UFRN) Dalva
Maria da Mota (Embrapa)
Delma Pessanha Neves (UFF)
Janice Bruno Dias (UFMG)
Leonilde Servolo Medeiros (UFRRJ)
Paulo André Nierdele (UFRGS)
Ramonildes Alves Gomes (UFCEG)
Valter Lúcio Oliveira (UFF)
Vera Lúcia Silveira Botta Ferrante (UNIARA)
Maria de Nazareth Baudel Wanderley (UFPE) Sônia
Maria Pessoa Pereira Bergamasco (UNICAMP)
Gutemberg Armando Diniz Guerra (UFPA) Aldenor
Gomes da Silva (UFRN)
Maria Aparecida Moraes Silva (UFSCar)

Comissão Organizadora do VIII Encontro da Rede:

Ademir Antonio Cazella (CCA/UFSC)
Jurandi Gugel (Cepa/Epagri)
Karolyna Herrera (NAF/UFSC)
Maria Ignez Silveira Paulilo (PPG – Sociologia e Política/UFSC)
Valmir Luiz Stropasolas (CCA/UFSC)
Vilênia Venâncio Porto Aguiar (NAF/UFSC)

Organização: Luís

Antonio Barone Valmir
Luiz Stropasolas
Karolyna Herrera
Graziella Praça Orosco de Souza
Dayana Maria Vanderley

Arte e Diagramação: Graziella
Praça Orosco de Souza Dayana
Maria Vanderley

Apoio:
Universidade Federal de Santa Catarina
CNPq
CAPES
Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC
Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento
Agrário
Governo Federal



Periodicidade:

bienal

Endereço de Contato:

Rede de Estudos Rurais
Avenida Presidente Vargas, 417/9º. andar, sala 909
CEP 20071-003 - Rio de Janeiro – RJ
CNPJ: 10.269.919/0001-39
Email: rdestudosrurais@gmail.com
<http://www.redesrurais.org.br/>

APRESENTAÇÃO

Apresenta-se, aqui, os Anais contendo os textos discutidos nos Grupos de Trabalho do VIII Encontro Nacional da Rede de Estudos Rurais. O VIII Encontro da Rede foi realizado no período de 27 a 30 de agosto de 2018, nas dependências da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis/SC. O Tema Geral escolhido para este evento foi: **“Concepções de Sociedade e Direitos de Cidadania em questão: novos desafios para o mundo rural brasileiro”**. A participação, evidenciada nestes anais, de pesquisadores de todas as regiões do país demonstrou, mais uma vez, a força e a importância dessa Rede – sobretudo em tempos de forte polarização política e orientações governamentais pouco afeitas às necessidades e reais soluções de problemas envolvendo os mais diferentes segmentos que vivem e trabalham no campo.

Estão reunidos neste volume mais de 150 trabalhos completos, debatidos nos dez Grupos de Trabalho reunidos no VIII Encontro. Essa realização deu continuidade à experiência bem sucedida da Rede e teve repercussão direta nos debates que a comunidade acadêmica vem realizando, em aliança com os setores mais organizados das populações do campo.

O encontro constituiu-se num espaço privilegiado para os debates aprofundados das diferentes e, muitas vezes, conflitantes concepções de sociedade, desenvolvimento e cidadania num contexto político-institucional de implementação de medidas que restringem abruptamente um conjunto de políticas e recursos públicos, bem como de direitos sociais e agrários, que foram conquistados sob conflitualidades, nesses últimos anos, pelos povos do campo, pela agricultura familiar e camponesa.

Foi nesse sentido que o VIII Encontro representou um espaço fundamental para se promover o debate plural e democrático de ideias e proposições formuladas pelas diferentes perspectivas em questão, sobretudo no que se refere às mudanças sociais em curso na sociedade brasileira e no mundo rural. Sem dúvida, o evento foi um momento único para se discutir, também, as contradições do chamado agronegócio, os renovados dilemas que se configuram atualmente para a reprodução social da agricultura familiar e camponesa e para a sustentabilidade socioambiental dos territórios rurais e tradicionais.

A diretoria e o conselho nacional da Rede, em estreita colaboração com a comissão organizadora local, trabalharam para viabilizar um evento que superou as expectativas, sobretudo dada a conjuntura crítica do ano de 2018, seguindo a tradição bem

sucedida das edições anteriores. Congratulamo-nos, também, com os coordenadores de GT, sem os quais o debate e a própria publicação deste volume não seriam possíveis e, também, é claro, os autores e coautores dos trabalhos, pesquisadores de diferentes formações e regiões – jovens e seniores – que se debruçam criticamente sobre os processos sociais rurais que se desenvolvem na imensidão do nosso país.

Florianópolis – SC, 14 de fevereiro de 2019.

Luís Antônio Barone
Presidente da Rede de Estudos Rurais
(gestão 2017-18)

Valmir Luiz Stropasolas
Coordenador Geral
VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais

Redes de cooperação na agricultura familiar de Santa Catarina: acesso aos novos mercados e políticas públicas¹

Autores: Luiz Carlos Mior; Dilvan Luiz Ferrari; Janice Maria Waittuch Reiter; Marcia Mondardo; Jurandi Gugel; Marcelo Sá; Antonio Marcos Feliciano; Tabajara Marcondes²

Palavras Chaves: Agricultura familiar, redes; mercado institucional

Resumo

A crescente redução da sua participação nas cadeias produtivas tradicionais nas últimas três décadas desafiou a agricultura familiar de Santa Catarina a buscar novas formas de inserção no mercado. A imposição de novos padrões tecnológicos e escalas de produção inviabilizam a permanência de milhares de agricultores familiares nas cadeias de carnes de suínos e de aves, e na produção de grãos como milho, feijão, arroz e soja, dentre outras. É nesse contexto que agricultores e organizações relacionadas à agricultura familiar têm buscado atividades, mercados, formas de organização e arranjos institucionais mais adequados às suas condições sociais, econômicas e políticas. Nesse processo houve a criação/ampliação das redes de cooperação, organizadas na forma de associações, condomínios e, mais recentemente, em cooperativas por produto e cooperativas descentralizadas. As políticas públicas que mais têm contribuído para estruturação dessas redes e inserção nos mercados são o SC Rural, o PAA e o PNAE. A partir de um levantamento realizado pela Epagri em Santa Catarina no ano de 2017, esse trabalho visa apresentar um panorama das redes de cooperação na agricultura familiar e a relação dessas redes com as políticas públicas de apoio e de acesso aos novos mercados.

1) Introdução

A agricultura familiar (AF) catarinense tem despertado a atenção dos estudiosos tendo em vista sua capacidade, historicamente evidenciada, de contribuir com a construção de padrão de desenvolvimento rural diferenciado e, por isso, considerado um dos pilares do desenvolvimento equilibrado do estado de Santa Catarina (SC). Contudo, mudanças na estrutura e na dinâmica das cadeias agroalimentares globais de commodities com atuação no território catarinense estão, novamente, questionando a capacidade de resiliência da AF. Nas três últimas décadas, tendo em vista a crescente redução da sua participação nas cadeias produtivas tradicionais, a AF de SC tem sido desafiada a buscar novas formas de inserção no mercado. A imposição de novos padrões tecnológicos e escalas de produção inviabilizam a permanência de milhares de agricultores familiares nas cadeias de carnes de suínos e de aves, e na produção de grãos como milho, feijão, arroz e soja.

¹ Trabalho apresentado no VIII Encontro da Rede de Estudos Rurais. Florianópolis, 27 a 30 de agosto de 2018

² Luiz Carlos Mior - Eng. agrônomo, doutor em ciências humanas; miorlc@epagri.sc.gov.br
Dilvan Luiz Ferrari - Eng. agrônomo, doutor em desenvolvimento rural; dilvanferrari@epagri.sc.gov.br
Janice M W. Reiter- Economista, mestre em planejamento e políticas públicas; janice@epagri.sc.gov.br
Marcia Mondardo- Eng. agrônoma, mestre em estatística; mmondardo@epagri.sc.gov.br
Jurandi Gugel - Eng. agrônomo; jurandigugel@epagri.sc.gov.br
Marcelo Sá - Eng. agrônomo, especialista em desenvolvimento rural; marcelodesa@epagri.sc.gov.br
Antônio Marcos Feliciano - Sociólogo; feliciano@epagri.sc.gov.br
Tabajara Marcondes - Eng. agrônomo, mestre em sociologia política; tabajara@epagri.sc.gov.br

É nesse contexto que agricultores e organizações da AF têm buscado atividades, mercados, formas de organização e arranjos institucionais mais adequados às suas condições sociais, econômicas e políticas. Nesse processo houve a criação/ampliação das redes de cooperação, organizadas na forma de associações, condomínios, cooperativas por produto e descentralizadas (ESTEVAM & MIOR, 2014).

Neste período, as políticas públicas de desenvolvimento rural ampliaram seu escopo e apontaram para o fortalecimento das redes da AF em suas estratégias de inserção nos mercados. Em termos de políticas públicas de apoio dessas redes destacam-se o Pronaf e o Programa SC Rural, e de acesso ao mercado destacam-se o PAA e PNAE. Esse trabalho tem por objetivo apresentar um panorama das redes de cooperação na AF e a relação dessas com as políticas públicas de apoio e de acesso ao mercado. Toma por base um levantamento realizado pela Epagri, em todo o estado de SC, no ano de 2017.

Além desta introdução o trabalho está assim estruturado: na parte 2 apresenta-se uma breve caracterização da AF, sua importância econômica, participação na produção e formas de inserção no mercado. Em seguida, na parte 3, apresenta-se uma síntese das mudanças no mercado e na regulação dos alimentos e as novas formas de inserção da AF. Na parte 4, com base num levantamento detalhado realizado pela Epagri, no estado de SC, apresenta-se as redes de cooperação e suas principais características. Na parte 5, a análise busca compreender os condicionantes relevantes, políticos e sociais, que estão associados com a dinâmica de constituição e evolução destas redes. Na parte 6, analisa-se a evolução do PNAE e sua contribuição para o desenvolvimento das redes de cooperação. Finalmente, sumariza-se as *conclusões e considerações finais* do trabalho.

2) A agricultura familiar de SC, magnitude e formas tradicionais de acesso ao mercado

Os últimos dados censitários (2006) demonstram a pujança da AF com cerca de 168 mil estabelecimentos (87% do estado), 67% do valor bruto da produção e significativa participação na produção das principais culturas e criações do Estado de SC. Importante ainda registrar que a AF com apenas 44% da área dos estabelecimentos agropecuários tem participação majoritária na maior parte dos produtos da agricultura catarinense³ com exceção da soja e do fumo. Em SC 65% dos estabelecimentos têm menos de 20 hectares e 36% menos de 10 ha de área total.

Parcela importante da agricultura familiar catarinense se inseriu no mercado por meio da integração agroindustrial nas cadeias tradicionais de suínos, aves e fumo na segunda metade do século 20. Este sistema está associado ao processo de modernização da agricultura, patrocinado pelas políticas públicas do estado brasileiro dos anos 60 a 80, que também impactou as cadeias produtivas de soja, milho, feijão, arroz e frutas. Esta política foi seletiva por perfil de produtor, região e cadeia produtiva o que provocou profundas desigualdades regionais e sociais levando a concentração da terra e exclusão de pequenos produtores.

³ Contudo, mudanças nesta situação estão sendo identificadas na estrutura produtiva desde o Censo de 2006 que deverão indicar uma redução da participação da AF em atividades produtivas tradicionais.

Em paralelo à essa trajetória de integração aos conglomerados agroindustriais, parcela da agricultura familiar catarinense optou pela estratégia de diversificação produtiva como forma de viabilizar sua estrutura de recursos, sobretudo a pequena disponibilidade de área de terra e de mão de obra. Foi neste processo de racionalização que segmento significativo de agricultores familiares continuou a produzir uma pauta importante de produtos para seu auto abastecimento.

Dados do Censo Agropecuário 1995/96 mostram que os principais produtos processados na propriedade dos agricultores familiares eram os derivados do leite (queijo, manteiga), de carne suína (salame, linguiça) e de cana de açúcar (açúcar mascavo, melado). Em torno de 60 mil estabelecimentos produziam queijo e requeijão e, destes, mais de 21 mil comercializavam estes derivados de leite no ano de 1995. Ao todo, considerando os demais produtos, mais de 30 mil estabelecimentos da AF comercializam seus alimentos processados, em que pese serem produzidos, geralmente na cozinha, sem registro na vigilância sanitária e nos serviços de inspeção, limitando sua comercialização ao mercado informal. Este foi um dos elementos que influenciou a transformação da atividade de processamento em agroindústria familiar rural, sobretudo a partir dos anos 90 (MIOR, 2005).

Já, dados do Censo Agropecuário de 2006 indicam significativa redução do processamento de alimentos nos estabelecimentos agropecuários, sendo paradigmático o caso do processamento de queijo e requeijão que passa de quase 60 mil estabelecimentos em 1996 para menos de seis mil em 2006. Esta redução, segundo Mior et al 2013, pode ser resultado de um processo de transformação estrutural dos estabelecimentos agropecuários (produção de leite para venda *in natura*, diminuição da mão-de-obra) e maior pressão da regulação da industrialização e distribuição de alimentos (vigilância e inspeção sanitária).

Verificou-se nesse período, portanto, fortes entraves à forma tradicional de inserção no mercado, sobretudo pelo processo de exclusão nas cadeias agroindustriais de carnes⁴ (TESTA et, 1996; MIOR, 2005; ALTMANN et al., 2008, WILKINSON et al., 2011, FERRARI, 2011). Este modelo de integração agroindustrial, de modernização e intensificação da agricultura e de desenvolvimento rural em SC passa a ser fortemente questionado pelos movimentos sociais da AF, movimentos dos sem terra, das mulheres agricultoras e dos atingidos por barragens. Este movimento de contestação foi um importante ingrediente para construção de alternativas de inserção socioeconômica da AF nas décadas vindouras, como será analisado a seguir.

3) Mudanças nos mercados e novas formas de inserção da agricultura familiar.

Hodiernamente o consumidor tem sido cada vez mais exigente com a qualidade dos produtos alimentares que adquire levando ao que alguns autores têm chamado de economia e/ou virada da qualidade no sistema alimentar mundial (GOODMAN, 2003; WILKINSON, 2008). Verifica-se uma ampliação da desconfiança com relação às condições de produção das matérias- primas, do processamento e da industrialização dos alimentos que passam por longas cadeias de

⁴ Na suinocultura catarinense, por exemplo, até a década de 1980 tínhamos 60 mil suinocultores, em meados dos anos 90 eram menos de 20 mil e em 2016 menos de 10 mil.

manipulação até chegar à prateleira do supermercado. Crises alimentares como as ocorridas ao longo das últimas décadas têm colocado em questão os tradicionais sistemas de controle de qualidade dos alimentos e questionado o sistema alimentar⁵.

Nesse período a literatura especializada passa a identificar novas formas de inserção no mercado protagonizadas pela AF. No artigo “Cadeias produtivas para a AF”, Wilkinson (1999), defende um conjunto de estratégias sob o conceito de *inserção autônoma* da AF ao mercado, cuja ideia central está na possibilidade da AF buscar mercado para seus produtos de forma autônoma, isto é, alternativa a tradicional inserção via agroindústrias, cooperativas e intermediários. Entre outros objetivos a inserção autônoma visava capturar parte do valor agregado ao longo da cadeia de valor

Dentre as estratégias, duas podem ser identificadas a) o processamento e a agroindustrialização de matérias primas e b) a constituição de condomínios, associações e cooperativas para alcançar distintos mercados. Na primeira estratégia estão os mercados em que são frequentemente valorizadas outras qualidades dos alimentos associadas a características específicas da produção e dos produtores (produtos artesanais, coloniais, frescos, naturais, agroecológicos passam a sinalizar uma nova convenção de qualidade). Assim, nos mercados locais próximos dos agricultores e de seus empreendimentos se constituem relações diretas envolvendo os consumidores por meio das feiras livres, na propriedade dos agricultores, nos pontos de estradas e nas demais estruturas locais de comercialização.

É neste processo que ocorre a transformação das unidades de processamento da AF em agroindústrias familiares rurais no estado de SC. Uma, visava prioritariamente a produção de valor de uso que se realiza no autoconsumo, outra se constitui num novo espaço e num novo empreendimento social e econômico⁶. São estas experiências de transformação de produtos, envolvendo dezenas de milhares de agricultores familiares, que se constituem na raiz das chamadas “agroindústrias rurais” do Estado, a partir dos anos 1990 (MIOR,2005). Portanto, desloca-se da inserção mediada pelas grandes agroindústrias, cooperativas convencionais e intermediários (dos anos de modernização da agricultura) para uma inserção crescentemente mais autônoma aos mercados (a partir dos anos 90).

Num contexto em que regular a produção de alimentos (instituindo nos estados e municípios os serviços de vigilância e de inspeção sanitária) significou limitar a inserção nos mercados via processamento e agroindustrialização de alimentos, agricultores familiares e suas organizações constroem alternativas (através de grupos, condomínios, associações) às estruturas agroalimentares convencionais visando alcançar tanto mercado para seus produtos quanto poder de negociação perante os demais agentes das cadeias produtivas. Vários autores têm denominado

⁵ Nos referimos tanto às crises europeias (vaca louca, Dioxina, *Escherichia Coli*, Nitrofuranos, Febre aftosa) quanto as que ocorreram no Brasil (fraude do leite).

⁶ Mior (2005) define agroindústria rural como uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo a produção de valor de troca que se realiza na comercialização.

estes movimentos como de inserção autônoma da AF aos mercados (WILKINSON, 1999) cadeias curtas (MARSDEN et al, 2003) e mercados imersos (ESCHER, & SCHNEIDER, 2017).

Nesta miríade de iniciativas e inovações, constrói-se um tipo específico de organização denominado de cooperativa descentralizada. Este tipo de cooperativa permite aos associados processarem seus produtos em unidades descentralizadas ou em filiais das cooperativas. Desta forma os agricultores que possuem unidades agroindustriais processam seus produtos e matérias primas em nome da cooperativa legalizando assim sua operação. Esta é possível por meio do contrato de comodato em que o agricultor passa sua unidade para a Cooperativa. Esta inovação organizacional foi resultado de uma mobilização ímpar de agricultores familiares, pesquisadores, extensionistas, ONGs e poder público (ESTEVAM & MIOR, 2014).

Podemos identificar três tipos principais de redes de cooperação em suas estratégias de inserção no mercado. O primeiro tipo é o da organização dos agricultores para a comercialização conjunto no mercado de produtos convencionais sem processamento como é o caso das Cooperativas de leite. O segundo grupo de redes é o que busca a inserção no mercado de produtos agroecológicos onde o caso mais emblemático é o da rede ecovida⁷. O terceiro é o das cooperativas descentralizadas que buscam viabilizar a legalização das operações de agroindustrialização em pequena escala dos agricultores familiares buscando o mercado, sobretudo local, para produtos coloniais e artesanais⁸. Importante registrar a existência de tipos mistos de atuação destas redes que podem comercializar tanto no mercado de convencional de leite mas, também, no de produção agroindustrial de pequena escala para produtos diferenciados.

4. As redes de cooperação em Santa Catarina

4.1 Metodologia do levantamento

O artigo analisa os dados provenientes do projeto executado pelo Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola da Epagri (EPAGRI/CEPA) denominado “*Diagnóstico das agroindústrias, dos empreendimentos de turismo e artesanato e das redes de cooperação da AF da pesca artesanal e da maricultura de SC*”. As análises aqui apresentadas se restringem ao levantamento das redes de cooperação realizado em 2017 com informações relativas ao ano de 2016. A ferramenta de coleta de dados foi um questionário aplicado pelos extensionistas da Epagri entre fevereiro e abril de 2017 aos dirigentes das redes nas cooperativas, associações e condomínios. O universo da pesquisa é composto dos empreendimentos sob posse/gestão direta dos agricultores familiares, pescadores artesanais e maricultores de SC. No caso das redes, que são objeto deste artigo, foram pesquisadas as redes (organizações) que agrupam e organizam empreendimentos e/ou agricultores com objetivo de distribuição e comercialização dos produtos, compartilhamento de estruturas e logística de forma a melhorar a sua competitividade⁹.

⁷Para uma discussão mais qualificada dos circuitos curtos de comercialização dos produtos agroecológicos em VIEGAS et al 2017.

⁸ Ver análise destes tipos de redes e sua relação com o mercado em MIOR, et al 2014.

⁹ O universo do levantamento foi restrito às organizações com fins econômicos e não incluíram organizações de representação de interesse, como sindicatos e associações. Também não foram levantadas as cooperativas de crédito.

Nesta pesquisa foram agregadas informações sobre membros da diretoria, sócios, cadeias produtivas envolvidas, valores comercializados, distribuição territorial e por clientes da comercialização, serviços prestados pelas redes, estrutura física, recursos de investimentos aplicados, entre outros. Embora a ideia fosse levantar informações sobre a totalidade das redes de posse ou sob o controle dos agricultores familiares, pescadores artesanais e maricultores, não é possível garantir que isso tenha ocorrido pois a localização das organizações a serem pesquisadas ficou a critério do conhecimento dos coordenadores da pesquisa nas regiões de atuação da Epagri, que em conjunto com os técnicos municipais definiram em cada região, quais seriam levantadas de acordo com os critérios acima. Os dados provenientes do levantamento de campo foram tabulados, criticados, agrupados e disponibilizados para esta análise.

4.2. Magnitude e caracterização das Redes de Cooperação

Em 2016 foram identificadas 194 redes de cooperação abrangendo 15.785 associados sob a gestão da AF de SC e com valor bruto comercializado aproximado de 238 milhões de reais. Observa-se uma grande heterogeneidade na distribuição espacial do número de redes e associados entre as mesorregiões de SC (Figura 1). Território emblemático da AF catarinense, a região Oeste lidera com 90 redes e com 9.998 associados (cerca de 63,3 % do total). É seguida pela região Litoral Sul com 35 redes e 2.333 associados). No outro extremo situa-se a região Serrana que contempla apenas quatro redes de cooperação e 714 associados.

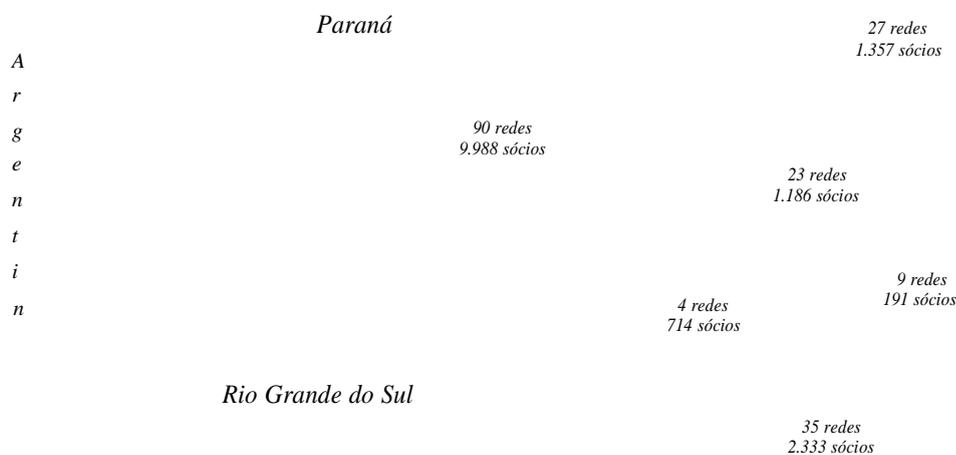


Figura 1. Número de redes de cooperação e associados segundo mesorregião catarinense – 2016

Fonte: Diagnóstico das redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina – 2016

Tipos de organizações¹⁰

As redes pesquisadas foram classificadas em cinco diferentes formatos jurídicos e organizacionais sendo que as cooperativas descentralizadas lideram com 36% das organizações, seguidas pelas cooperativas por produto com 32% e associações com 23%. A preponderância do número de associados está nas cooperativas por produto e descentralizadas com 86% dos sócios.

Tabela 1 – Número de redes, sócios e empreendimentos associados segundo forma jurídica – Santa Catarina - 2016

Tipo	Nº de redes	Nº de sócios	Nº de empreendimentos associados
Associação para comercialização	46	1.732	202
Condomínio	3	128	18
Cooperativa por produto	62	6.891	268
Cooperativa descentralizada	71	6.764	525
Cooperativa central	6	16	65
Sem resposta	6	254	6
Total	194	15.785	1.084

Fonte: Diagnóstico das redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina - 2016

Entre outras características que conferem especificidades à estas organizações está a relação entre a diretoria e seus associados no modelo de gestão, considerando a inexistência de remuneração para os dirigentes em mais de 86% das redes. Este aspecto deve conferir às organizações uma forte coesão entre os dirigentes e os associados o que permite ultrapassar obstáculos que se fazem presentes no dia a dia das redes¹¹.

No seu conjunto as redes de cooperação se constituem num importante espaço de ação coletiva que pode ser evidenciado na miríade de serviços prestados aos associados. Cerca de 75% das redes organizam a comercialização dos produtos dos associados, 50% utilizam marca coletiva, 64% prestam serviço de contabilidade¹². Destaca-se o fato de que 94,4% das cooperativas descentralizadas oferecem serviço de emissão de nota fiscal e 64% serviço de contabilidade, demonstrando ser esta modalidade de organização bastante importante na legalização e gestão dos empreendimentos associados. Além destes serviços as redes organizam a compra de insumos, o transporte de produtos, prestam assistência técnica, serviço de processamento e armazenagem entre outros, o que evidencia a importância destas organizações para permitir o acesso ao mercado dos agricultores em melhores condições de competitividade.

¹⁰ No levantamento da Epagri foram definidos os seguintes tipos de redes:

Cooperativa por produto/cadeia produtiva: é uma sociedade civil, com forma e natureza jurídica próprias, constituída com o objetivo de viabilizar a produção/processamento e/ou comercialização coletiva e centralizada dos produtos.

Cooperativas descentralizadas: Organização que abriga diversos empreendimentos e diversas atividades da AF constituída por uma sede e por unidades de produção e/ou filiais da cooperativa de produção agroindustrial localizadas nas propriedades ou nas comunidades rurais dos cooperados. Portanto, descentralizadas da sede da cooperativa.

Cooperativa Central: Cooperativa de segundo grau que engloba um conjunto de no mínimo três cooperativas singulares (por produto e/ou descentralizadas)

Associações: são organizações coletivas de agricultores familiares constituídas com o objetivo de facilitar a produção, processamento e comercialização de produtos agrícolas dos associados.

Condomínios: são organizações coletivas constituídas com o intuito de produzir e/ou processar produtos coletivamente.

¹¹ A análise dos possíveis perfis de gestão destas redes foge ao escopo deste trabalho.

¹² Uma mesma rede presta mais de um serviço para os associados.

Quanto aos produtos com que as redes de cooperação trabalham, verifica-se que uma mesma unidade comercializa grande diversidade de produtos. Neste sentido, observa-se que 39,2% das redes comercializam panificados, 32,0% aipim e derivados, 29,4% cana e derivados,

28,9% derivados de frutas, 21,6% hortaliça in natura, 21,6% ovos e 20,6% derivados de leite. Os outros produtos (grãos, mel, frutas in natura, derivados de hortaliças, leite in natura, etc.) são comercializados por um menor número de redes (menos de 20%).

Cerca de 56% das redes levantadas no estado tem menos de 10 anos de existência, indicando forte tentativa de inserção ao mercado por esta via observada em anos mais recentes. Novamente as mesorregiões Oeste catarinense (49,5%) e Sul catarinense (23,5%) aparecem com maior número das redes mais novas.

De 2010 a 2016, foram investidos quase 40 milhões de reais, sendo 38,4% de capital próprio, 33,8% oriundos de financiamentos via Pronaf, BNDES e outros programas governamentais e 27,8% de recursos do Programa SC Rural. O apoio às redes no período do SC Rural se deu principalmente através de recursos para investimentos em móveis e equipamentos (36,3%), construção de unidade – sede (30,3%) aquisição de veículos para transporte da produção e/ou comercialização (26%) e em menor valor na elaboração de materiais institucionais (marca, rótulo, portfolio, etc.) (7,64%).

Tabela 2 - Número de redes e valor investido segundo a fonte de recursos – Santa Catarina - 2016

Origem Recursos	Nº de redes	Valor (R\$)
Capital próprio	129	15.313.513,83
SC Rural	68	11.112.618,83
Pronaf investimento	19	3.400.430,00
Outros Programas	36	5.121.840,05
BNDES	15	4.964.284,00
Total	-	39.912.686,71

Fonte: Diagnóstico das redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina - 2016

5) O contexto de formação e expansão das redes de cooperação em Santa Catarina

As informações apresentadas acima dão um indicativo da expressão social que representam as iniciativas de redes de cooperação postas em prática pelos agricultores familiares catarinenses, importando analisar e tentar compreender os condicionantes relevantes para sua constituição e evolução recente.

O protagonismo dos agricultores e de suas organizações

O primeiro elemento a ser considerado é a estrutura de reciprocidade historicamente construída pelos atores sociais que formaram as comunidades locais, processo social esse que contribui decisivamente para a formação dessas redes sociais de produção e mercantilização (SILVESTRO; 1995). Na visão de Poli (2006) os traços culturais mais marcantes destes agricultores são a forte tradição associativa e a preocupação com a reprodução social da sua condição de vida e de trabalho, sendo capazes de realizar verdadeiras “odisseias” (RENK,2000), para não abandonar sua condição social. O autor destaca ainda a solidez dos grupos familiares, que influencia no desenvolvimento de projetos de longa duração e que

exigem investimentos combinados de diferentes famílias, o que lhes suscitou a construção de uma identidade de interesses, favorecida pelas características da sua organização social. Por fim, Poli (2006) destaca o traço da acentuada religiosidade que caracteriza o patrimônio cultural dessa população, o qual teve importância estratégica no desenrolar das experiências político-culturais que desembocaram na organização dos agricultores¹³.

Esses são alguns dos elementos que ajudam a compreender a expansão dos movimentos sociais que ajudaram a conformar uma economia solidária no estado, sobretudo a partir dos anos 1980, quando surgem as primeiras iniciativas para se adequar às mudanças tecnológicas impostas nos sistemas de produção praticados pelos agricultores e determinaram, sobretudo, a busca de novas alternativas de organização social. Como primeiras experiências associativas surgem os condomínios suinícolas e de armazenagem e os grupos de máquinas agrícolas. Ao mesmo tempo se conforma o trabalho da igreja, das ONGs (Associação dos Pequenos Agricultores do Oeste de SC-APACO e Centro de promoção da Agricultura de Grupo -CEPAGRO), do movimento sindical alternativo (origem da Fetraf), do MST, do movimento das mulheres camponesas (que reivindicam pela terra, por políticas agrícolas dirigidas aos pequenos agricultores, direito das mulheres e aposentadoria rural, dentre outros).

Desde então observa-se a formação de associações, de condomínios, grupos de máquinas, projetos coletivos em torno de agroindústrias grupais e, finalmente, das cooperativas da AF em todo o estado de SC, contribuindo em inovações nas próprias políticas públicas, que passam a focar nos agricultores familiares, nas categorias sociais mais desfavorecidas e em processos e práticas que visem o desenvolvimento rural e territorial.

A interação entre atores sociais e políticas públicas

No caso específico das agroindústrias familiares rurais, a integração dos projetos Pronaf Agroindústria (MAPA) e o Programa Desenvolver (Cnpq/Funcitec) implementados em 1998 nas regiões Sul e Oeste de SC, foi o ponto de partida para afirmação da organização dos agricultores interessados em ampliar escala, atender aos requisitos da legislação sanitária e fiscal, reduzir custos de marketing, selos, marcas e rótulos. Mais que recursos, tais projetos oportunizaram parceria interinstitucional e organização dos agricultores em redes, bem como, possibilitaram processo de aprendizagem coletiva que serviu de base para o fortalecimento deste movimento.

Por outro lado, verifica-se o papel do governo catarinense na promoção destas iniciativas. Na extensão rural instituiu-se em 1997 o projeto de “Agregação de Valor”. Entre 2002 a 2009, o projeto “Microbacias 2”, com forte atuação na organização comunitária dos agricultores, torna-se precursor de muitas inovações de ordem organizacional, inclusive com objetivos econômicos¹⁴. Na sequência, o Programa SC Rural, executado de 2010 a 2017, com o objetivo de melhorar a

¹³ Influenciando no movimento político-cultural especialmente no oeste catarinense repercutindo de maneira singular no modo como essas famílias reagiram diante da crise da AF e nas suas experiências de vida e de trabalho (Ferrari, 2011).

¹⁴As ações alcançaram 936 microbacias em quase todos os municípios. Estes números representavam 2/3 das microbacias existentes no estado de SC (SÁ, M. A. de, 2014).

competitividade desses empreendimentos de agregação de valor e fortalecendo as organizações dos agricultores, abrangendo redes de cooperação já existentes e novas. Um total de 134 redes de cooperação apresentaram projetos e receberam recursos para investimentos do SC Rural.

Outro condicionante da expansão das formas de organização foram as mudanças na regulação da produção e comercialização de alimentos processados. No início dos anos

1990 ocorre a municipalização da vigilância sanitária e a criação dos serviços estaduais e municipais de inspeção sanitária de produtos de origem animal. Em SC, em 1994 é constituído o SIE, em 1997 criam-se as normas sanitárias para elaboração e comercialização de produtos artesanais e em 1998 se cria o Selo de Qualidade “Sabor Colonial”. No ano de 2006, regulamentam-se o serviço unificado de atenção à sanidade agropecuária (SUASA) em todo país. Já, em 16/01/2018, foi aprovada a lei nº 17.486 que dispõe sobre produção e comercialização de queijos artesanais de leite cru em SC.

No âmbito do território nacional, o governo federal institui políticas de apoio ao desenvolvimento de mercados para a AF, com destaque para o Programa de Aquisição de Alimentos (2003)¹⁵ e a modificação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) através da lei nº 11.947 de 16 de junho de 2009 e a Resolução CD/FNDE nº 26 de 17 de junho de 2013, as quais estabeleceram novas regras para o alimento fornecido no ambiente escolar, destacando-se que do total de recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) deverão ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios diretamente da AF ou de suas organizações. Tais programas deram novo impulso a constituição das redes de cooperação no estado, como será abordado no item a seguir.

Em síntese, os fundamentos históricos das redes de cooperação se assentam não somente em aspectos econômicos, mas também nas dimensões sociais, políticas e do ambiente institucional, para os quais os atores sociais ocuparam papel de destaque na transformação em andamento. A sua capacidade de “agência” permitiu a busca de novas formas de acesso aos mercados, de novos processos produtivos e organizacionais e de influenciar na definição de institucionalidades alternativas. Estas redes de cooperação se tornam, portanto, emblemáticas da capacidade de inovação dos agricultores e suas organizações, diferentemente presente nas regiões de SC.

6) O mercado institucional do PNAE em SC

Em relação à alimentação escolar, o valor do repasse do FNDE para SC em 2012 foi de R\$ 97 milhões, com um potencial de cerca de R\$ 29 milhões de compras da AF, considerando o cumprimento da legislação estabelecida. No cômputo geral, em 2012, 229 municípios de um total de 295 existentes no estado, ou seja, 78% dos municípios realizaram compras da AF para a alimentação escolar, alcançando o valor de R\$ 18 milhões, representando somente 18,5% do potencial total.

¹⁵Programa instituído com o objetivo de ampliar o mercado para a produção da AF dentro da estratégia de desenvolvimento rural e combate à fome.

Nesse mesmo ano acontecem duas ações estratégicas para o fortalecimento das compras da AF para o PNAE: (i) o programa Mais Gestão Nutre (MDA) que abrangia 62 cooperativas da AF, sendo que 46 delas acessam ao PNAE em 2012; (ii) o governo, através da Secretaria Estadual de Educação (SED), inicia efetivamente a implantação do programa de autogestão na alimentação escolar da rede pública, visando se adequar aos requisitos da legislação brasileira. Esse duplo movimento possibilitou a ampliação das compras da AF pelo PNAE no estado.

Com repasses do FNDE na casa dos R\$ 38 milhões de reais, a SED SC comprou em 2012, apenas R\$ 551 mil de produtos da AF, representando somente 1,43% do total da alimentação escolar, bem aquém do potencial de R\$ 11 milhões de reais estabelecido pela Lei 11.947/2009. Contudo, uma forte articulação entre entidades executoras do PNAE e entidades organizadas da agricultura familiar provocou uma guinada no processo de compras da alimentação escolar no estado, saindo da completa terceirização para um processo de chamamento público. O estado de SC inicia uma nova trajetória na compra de produtos da AF para o PNAE da rede estadual de ensino e uma aproximação com as cooperativas da AF para a viabilização das demandas do programa em escala ampliada.

As informações mais recentes disponibilizadas pelo FNDE¹⁶ mostram que no ano de 2016 os recursos repassados para SC alcançaram o valor de R\$ 119 milhões, sendo que o valor de aquisições da AF foi R\$ 43 milhões, ou seja, 36,47% de produtos comprados dos agricultores familiares catarinenses, ultrapassando o patamar mínimo exigido pela legislação. De um total de 295 municípios, 283 adquiriram produtos da AF para atender o PNAE, demonstrando forte participação dos municípios no Programa.

A SED, maior entidade executora do PNAE no estado, ampliou significativamente suas aquisições da AF, atingindo o montante de R\$ 9 milhões de reais, o que representou 27,71% do total de recursos repassados pelo FNDE em 2016 para SC¹⁷. Observa-se um crescimento exponencial na aquisição de alimentos da AF para o PNAE no estado, consolidando-se como alternativa de mercado para os agricultores familiares.

A redes de cooperação sob a ótica do mercado institucional

As redes de cooperação presentes em SC se organizam nas mais diversas formas jurídicas, dependendo dos objetivos que as constituíram (Tabela 3). Dentre 194 redes de cooperação identificadas, 107 (55%) delas vendem para o mercado institucional (PNAE e PAA). Essa inserção no mercado institucional das compras governamentais é facilitada pela ampliação da oferta em atendimento aos editais das executoras do PNAE e possivelmente pela redução dos custos de logística.

¹⁶ Disponível no site <http://www.fn.de.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar>.

¹⁷ Para o ano de 2018, a entidade lançou dois editais de chamamento público, nº 75/2017 e nº 88/2017, com 20 produtos no valor de R\$ 13 milhões e 26 produtos no valor de R\$ sete milhões, respectivamente.

Tabela 3 – Forma jurídica das redes de acordo com a comercialização no mercado institucional – Santa Catarina - 2016

Tipo	Vende	%	Não vende	%
Associação para comercialização	9	8,4	37	42,5
Condomínio	1	0,9	2	2,3
Cooperativa por produto	28	26,2	34	39,1
Cooperativa descentralizada	63	58,9	8	9,2
Cooperativa central	2	1,9	4	4,6
Sem resposta	4	3,7	2	2,3
Total	107	100,0	87	100,0

Fonte: Diagnóstico das redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina – 2016.

Comparativamente, redes que não acessam o mercado institucional são constituídas majoritariamente por cooperativas por produto (especializadas). Já, dentre aquelas que acessam fortemente o mercado institucional, predominam as cooperativas descentralizadas (59% das redes). Dentre as 71 cooperativas descentralizadas, 63 comercializam nesse tipo de mercado.

Quanto ao tempo de existência, do total de 194 redes identificadas, 50 delas têm entre 10 e 20 anos de idade enquanto que 109 (56%) são relativamente novas, com menos de 10 anos desde sua criação. Destas, 63 vendem no mercado institucional, demonstrando ser uma alternativa importante para a comercialização das redes de cooperação de SC. Essa condição revela um intenso dinamismo na constituição destes empreendimentos que se tornam nova alternativa de trabalho e renda para muitas famílias rurais e, notadamente, para a permanência de jovens¹⁸ agricultores no meio rural.

Um aspecto importante diz respeito à distribuição territorial da comercialização destas redes, que aponta para a importância dos mercados de proximidade, já que estes refletem as relações diretas que são estabelecidas tanto com os consumidores quanto com os pequenos varejistas locais para a realização das trocas mercantis (Tabela 4). A comercialização realizada no próprio município ou municípios vizinhos facilita a logística de comercialização, uma vez que são pequenos negócios que nem sempre dispõem de adequada estrutura em termos de pessoal e transporte que permita percorrer grandes distâncias. Em muitas situações, são os próprios agricultores que realizam a venda e entrega dos produtos aos seus clientes, através de rotas organizadas de forma sistemática e que são realizadas semanalmente ou quinzenalmente.

Na Tabela 4 pode-se observar o quanto os mercados locais e regionais são importantes nas relações de troca estabelecidas pelas redes. Analisando as que vendem no mercado institucional, a grande maioria realiza sua produção nesses espaços territoriais, visto que ali se realizam as vendas para a rede municipal de ensino através das compras do PNAE.

¹⁸ O trabalho de Marcondes et al. (2012) mostra um total de 994 jovens que permaneceram ou retornaram ao meio rural em SC motivados pela oportunidade gerada a partir do trabalho nas agroindústrias familiares de seus pais.

Tabela 4 - Distribuição territorial do valor obtido pelas redes de acordo com a comercialização no mercado institucional – Santa Catarina - 2016

Alcance territorial	Mercado institucional				Total Valor comercializado (R\$)
	Comercializa		Não comercializa		
	Nº de redes	Valor comercializado (R\$)	Nº de redes	Valor comercializado (R\$)	
Município	91	38.147.596,54	17	6.048.203,12	44.195.799,66
Região	75	72.016.575,15	24	46.740.060,91	118.756.636,06
Estado	36	14.690.766,62	9	13.804.596,85	28.495.363,47
Outros estados	13	3.347.624,48	9	14.289.301,20	17.636.925,68
Outros países	0	0,00	1	97.464,00	97.464,00
Total	-	128.202.562,79	-	80.979.626,08	209.182.188,87

Fonte: Diagnóstico das redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina – 2016.

As redes de cooperação permitem utilizar distintos dispositivos mercantis para a comercialização dos seus produtos, estratégia recorrente utilizada pelos agricultores. Essas relações tanto se dão em circuitos curtos de comercialização (direto ao consumidor, restaurantes, pequenos varejos) quanto em circuitos longos (supermercados, intermediários, indústrias).

Considerando as 107 redes que vendem para o mercado institucional, observa-se que 90 delas responderam que vendem ao PNAE e 22 ao PAA. Boa parte das redes também respondeu que vende diretamente ao consumidor, em pequenos mercados e na rede de supermercados.

Tabela 5 - Distribuição por canais do valor obtido pelas redes de acordo com a comercialização no mercado institucional - Santa Catarina - 2016

Canais de comercialização	Mercado institucional				Total Valor comercializado (R\$)
	Comercializa		Não comercializa		
	Nº de redes	Valor comercializado (R\$)	Nº de redes	Valor comercializado (R\$)	
Direto ao consumidor	34	9.135.029,21	9	3.798.967,73	12.933.996,94
Supermercados	37	6.293.064,83	6	1.155.361,83	7.448.426,66
Pequenos mercados	34	5.630.314,98	2	152.602,13	5.782.917,11
Restaurantes e lanchonetes	16	787.605,64	0	0,00	787.605,64
Ceasa	4	116.919,46	4	2.960.620,00	3.077.539,46
Intermediário	5	10.202.782,94	14	25.596.421,03	35.799.203,97
Casa colonial	17	2.555.383,26	4	1.524.500,00	4.079.883,26
PAA	22	5.567.788,44	0	0,00	5.567.788,44
PNAE	90	36.329.756,40	0	0,00	36.329.756,40
Cooperativas	2	1.958.745,54	1	1.198.920,00	3.157.665,54
Indústrias	11	46.546.908,78	14	38.486.846,68	85.033.755,46
Outro	6	3.078.263,32	3	6.105.386,69	9.183.650,01
Sem resposta	0	0,00	29	8.927.384,20	8.927.384,20
Total	-	128.202.562,80	-	89.907.010,29	218.109.573,09

Fonte: Diagnóstico das redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina – 2016.

Analisando-se comparativamente, em termos de valores comercializados, as redes que vendem no mercado institucional, vendem a maior parte da produção no PNAE e para indústrias de transformação. Já, as redes que não acessam o mercado institucional concentram suas vendas para a indústria e para intermediários.

O conjunto de 90 redes de cooperação comercializaram cerca de R\$ 36 milhões para o PNAE em 2016. Segundo os dados do FNDE, nesse mesmo ano, as compras da AF para o PNAE foram de R\$ 43 milhões, ou seja, 83% das vendas foram realizadas pelas redes de cooperação, sobretudo aquelas organizadas sob a forma de cooperativas, indicando ser esse mercado institucional de grande relevância para a realização da produção dessas organizações da AF catarinense.

6) Conclusão e considerações finais

A existência de cerca de 200 redes de cooperação com 16 mil associados evidencia a importância desta forma de organização para a inserção econômica da AF em Santa Catarina. O grande número de empreendimentos de agregação de valor e a correspondente constituição de redes de cooperação mostram a capacidade de iniciativa dos agricultores familiares na geração de trabalho e renda, tendo importante repercussão na manutenção e fortalecimento do tecido social dos espaços rurais catarinenses. Estas iniciativas de cooperação parecem indicar que um novo padrão de desenvolvimento do espaço rural catarinense está emergindo.

Observa-se a capacidade de agência dos agricultores familiares e outros atores locais para buscar maior autonomia, agregar valor econômico, articular aprendizagens, construir redes, enfim, praticar ações de desenvolvimento rural. Compreender o contexto em que estas são construídas e reproduzidas ao longo do tempo e do espaço e a contribuição dessas práticas para o desenvolvimento rural, se tornou possível a partir da análise do ambiente político, institucional e regulatório e também da capacidade de agência dos atores locais.

Uma avaliação preliminar deste conjunto de “inovações” organizacionais por parte da agricultura familiar parece nos indicar a existência de uma dinâmica positiva sobre o ambiente institucional para a consolidação destes novos empreendimentos e redes de cooperação. Contudo, também, pode-se observar a existência de desafios para a maior sustentabilidade destes, como é o caso das dificuldades das cooperativas em relação à gestão institucional haja vista que a maior parte delas ainda se encontra nos primeiros anos de vida.

Após a análise deste processo é possível ainda identificar a necessidade de aprofundar pesquisas junto a estas organizações buscando melhor compreender sua dinâmica organizacional e de inserção de mercado. Destaca-se algumas das questões que poderiam ser melhor investigadas: Como se faz a gestão organizacional destas redes de cooperação? Como a política pública pode contribuir de maneira mais efetiva para ampliação e consolidação destas redes de cooperação? Quais as tendências de constituição de novas redes nas distintas regiões de SC?

7) REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTMANN, R.; MIOR, L.C.; ZOLDAN, P. **Perspectivas para o sistema agroalimentar e o espaço rural de Santa Catarina em 2015**. Florianópolis, Epagri. 2008. 133 p.
- ESCHER, F.; SCHNEIDER, S. “**Contra movimentos” nos sistemas agroalimentares do Brasil e da China? Conectando produção e consumo através da construção de novos mercados imersos**. In: 55 Congresso SOBER, Santa Maria, Rio Grande do Sul. 2017
- ESTEVAM, D.O & MIOR, L.C. Orgs. **Inovações na agricultura familiar: As cooperativas descentralizadas em Santa Catarina**. Florianópolis, Editora Insular, 2014. 295 p.
- FERRARI, D. L. **Cadeias Agroalimentares Curtas: a construção social de mercados de qualidade pelos agricultores familiares em Santa Catarina**. 2011. 345f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- GOODMAN, D. The quality ‘turn’ and alternative food practices: reflections and agenda. *Journal of Rural Studies*, 19, 1-7, 2003
- MARCONDES, T. et al. **Os empreendimentos de agregação valor e as redes de cooperação da agricultura familiar de Santa Catarina**. Florianópolis: Epagri, 2012.
- MARSDEN, T.; MURDOCH, J.; LOWE, P.; MUNTON, R.; FLYNN, A. **Constructing the countryside**. London: UCL Press, 1993. p. 272-273
- MIOR, L. C.; FERRARI, D.L.; MARCONDES T.; MONDARDO M. **Redes e agroindústria: as inovações organizacionais dos agricultores familiares e os novos mercados em Santa Catarina**. In: 51 Congresso da SOBER, Belém, Pará.
- MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Ed. Argos, 2005. 318 p.
- POLI, O. L. **Economia solidária e formação humana: experiências de trabalho e educação em agroindústrias familiares associativas no Oeste catarinense**. 2006. 336 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.
- RENK, A. **Sociodicéia às avessas**. Chapecó: Grifos, 2000. 440p.
- SÁ, M. A. de. **Redes de cooperação como estratégia para desenvolvimento da agricultura familiar: Programa SC Rural**. Dissertação. UFSC. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento. Florianópolis - SC, 2014. 158 p.
- SILVESTRO, M. L. **Transformações da agricultura familiar e estratégias de reprodução: o caso do oeste catarinense**. Dissertação de Mestrado– Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ. 1995.
- WILKINSON, J.; MIOR, L. C. Setor informal, produção familiar e pequena agroindústria: interfaces. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, n. 13, p. 29-45, 1999.
- TESTA, V. M. et al. **O desenvolvimento sustentável do Oeste Catarinense: (Proposta para discussão)**. Florianópolis: Epagri, 1996. 247p.
- VIEGAS M. T; ROVER, O. J. MEDEIROS, M. **Circuitos (não tão) curtos de comercialização e a promoção de princípios agroecológicos: um estudo de caso na região da grande Florianópolis**. Curitiba, UFPR, Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 42, p. 370-384, dezembro 2017.
- WILKINSON, J. Cadeias produtivas para a agricultura familiar. *Organizações rurais e agroindústrias. Revista de administração da UFLA*, v.1, no 1, 1999. p. 70-89.
- WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- WILKINSON, J.; DORIGON, C.; MIOR, L. C. The emergence of SME agro-industry networks in the shadow of agribusiness contract farming: a case study from the south of Brazil. In: SILVA, C. A. da; MHLANGA, N. Orgs. **Innovative Policies and Institutions to Support Agro-Industries Development**. Roma: FAO, 2011. p. 87-119.